

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 1920: UM PROCESSO DE
DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL**

RUMMENIGGE PINHEL DE MELLO E ALVIM
Matrícula nº: 104074989

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

FEVEREIRO 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1920: UM PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL

RUMMENIGGE PINHEL DE MELLO E ALVIM
Matrícula nº: 104074989

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

FEVEREIRO 2010

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

RESUMO

A industrialização brasileira é tema recorrente na historiografia econômica. Esta monografia analisará este processo durante a década de 1920.

Este período é comumente apresentado como um período negativo para a indústria brasileira. Contudo, nesses anos a indústria brasileira se desenvolveu consideravelmente.

A partir da Primeira Guerra Mundial o governo passa a incentivar deliberadamente a indústria nacional. Beneficiando-se disto o setor passa por um processo diversificação que é de fundamental importância para se entender o desenvolvimento industrial no Brasil na década seguinte.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	8
I.1 – A teoria dos choques adversos.....	8
I.2 - A ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações.....	11
I.3 - A ótica do “capitalismo tardio”.....	13
I.4 - A industrialização promovida por políticas do Governo.....	16
CAPÍTULO II - O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: 1880-1920.....	20
II.1 - A origem da industrialização no Brasil: Da década de 1880 ao final do século XIX.....	21
II.2 - O desenvolvimento da indústria no Brasil: de 1901 a 1913.....	26
II.3 - A Primeira Guerra Mundial e os seus efeitos na industrialização brasileira.....	30
CAPÍTULO III - A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1920.....	35
III.1 - A economia brasileira na década de 1920: uma visão geral.....	36
III.2 - A indústria brasileira nos anos 1920.....	42
III.2.1 - A indústria têxtil durante a década de 1920.....	43
III.2.2 - A diversificação industrial nos anos 1920.....	45
III.3 - Explicações para o desenvolvimento industrial na década de 1920.....	47
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	56

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1: Exportações de maquinaria industrial para o Brasil.....	25
Tabela 2.2: Estabelecimentos industriais no Brasil de 1884 a 1919.....	29
Tabela 2.3: Taxas anuais de crescimento da produção de produtos industriais selecionados 1914-1918 (em %) – Ano Base 1913.....	32
Tabela 3.1: Produção dos principais setores da indústria de transformação - 1918/30.....	43
Tabela 3.2: Exportação de maquinaria têxtil para o Brasil 1893-1939 – Médias Anuais.....	44
Tabela 3.3: Taxas anuais de crescimento da Indústria.....	46
Tabela 3.4: Regulamentação dos incentivos à Indústria 1923/25.....	51

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir é uma análise do desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 1920.

A partir da Primeira Guerra Mundial, o governo passa a incentivar deliberadamente o processo de industrialização brasileiro.

O objetivo mais amplo desta monografia é analisar o processo de industrialização em uma economia tipicamente agrário-exportadora, enquanto que se tem por objetivos específicos analisar o processo de diversificação industrial vivido após a Primeira Guerra.

O trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e de uma conclusão. O primeiro abordará as diversas teorias a cerca do processo de industrialização brasileiro. O segundo apresentará os antecedentes históricos e como a indústria se comportou desde 1880 até o final da Primeira Guerra. O último capítulo abordará a economia brasileira durante a década de 1920 e como se deu o processo de diversificação industrial vivido nesses anos.

I – O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

O processo de industrialização brasileira é foco de recorrente debate entre os historiadores econômicos. Para analisar tal processo faz-se necessário entender cada teoria a fim de que possamos identificar qual teoria melhor explica cada período do desenvolvimento industrial no Brasil e qual a abordagem se enquadra ao processo ocorrido na década de 1920, tema de estudo deste trabalho.

Assim sendo, a finalidade deste capítulo é validar cientificamente o trabalho aqui desenvolvido e possibilitar assim uma análise do processo industrial com o embasamento teórico adequado.

I.1. A teoria dos choques adversos

Para iniciar a análise teórica do processo de industrialização ocorrido no Brasil, principalmente no início do século XX, julga-se coerente expor primeiramente a teoria dos choques adversos, a qual foi maciçamente difundida no Brasil, apesar de todas as críticas recebidas, as quais serão abordadas no decorrer deste item.

A argumentação teórica dos choques adversos é baseada primordialmente na migração da demanda interna para setores substitutivos de importação, sempre que há a ocorrência de um choque adverso que afete o setor externo da economia.

A ocorrência de um choque externo, ao mesmo tempo em que bloqueia as exportações, primordialmente do café, impõe restrições às importações, pois aumenta o preço relativo das mesmas.

Podem-se extrair duas versões da teoria dos choques adversos. A primeira, conforme Suzigan (1986, pp. 23), é a “versão extrema” originada pela interpretação do subdesenvolvimento latino-americano da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), enquanto a segunda reflete a visão de Furtado (1963 e 1970) e Tavares (1972) quanto ao desenvolvimento industrial brasileiro.

A diferença entre as duas visões é basicamente na identificação de tais choques e na relevância dos mesmos como pontos de partida para o desenvolvimento de uma economia periférica.

A primeira versão enquadra tanto a Primeira e Segunda Guerra Mundial e a Grande Depressão de 1930 no argumento exposto anteriormente, enquanto a versão de Furtado e Tavares qualifica apenas este último choque como sendo objeto de exemplo da teoria.

Para estes autores, a crise do café e a Grande Depressão marcam um ponto de inflexão no processo de desenvolvimento industrial brasileiro.

Contudo analisemos primeiramente a visão cepalina tradicional, segundo a qual existe uma divisão internacional do trabalho na qual países periféricos, entre eles o Brasil, se especializam na produção de produtos primários para a exportação aos países centrais, sendo estes responsáveis por suprir a periferia com produtos manufaturados.

As economias periféricas, assim, caracterizavam-se por serem economias fracas e dependentes, onde o poder decisório encontrava-se no eixo externo. Segundo Suzigan (1986):

A base da doutrina econômica da CEPAL reside no padrão de relações de comércio exterior entre países do centro (industrializados) e os países da periferia (América Latina). Esse padrão, segundo o argumento, criou uma divisão internacional do trabalho que impôs aos países da periferia a especialização na produção de produtos primários para a exportação para os países do centro, os quais, por sua vez, supriam de produtos manufaturados os países da periferia. Dentro dessa divisão internacional do trabalho, o padrão de crescimento dos países periféricos era “voltado para fora”, isso é, o setor exportador era predominante no processo de crescimento da renda interna, com a procura externa funcionando como o “motor do crescimento”. Nos termos da economia política da CEPAL, o “centro de decisão” da economia dos países periféricos ficava fora desses países, caracterizando-os como economias “reflexas e dependentes”. (SUZIGAN, pp. 24, 1986)

A mudança para uma economia “forte” somente seria possível através do processo de industrialização, no qual o centro de decisão deixaria de ser externo e passaria ser interno, mediante as decisões de investimento. Para tal, seria necessária a ocorrência de choques adversos, através dos quais as economias periféricas iriam sucessivamente se adequando aos novos cenários internacionais e, mediante a dificuldade na importação, se “voltariam para dentro”, o que impulsionaria o processo de industrialização.

Entretanto, é necessário ressaltar que esta visão, segundo a qual a alavancagem da indústria dependeria apenas de choques externos, recebeu diversas críticas baseadas na observação de crescimento industrial em períodos anteriores a tais crises, ou seja, existia crescimento industrial conjuntamente com a expansão do setor agrário-exportador. Tal versão teórica, a industrialização baseada na expansão das exportações, será abordada no próximo item.

Outra crítica a essa teoria é que ela tenta generalizar o processo de industrialização no Brasil ao longo do tempo, ou seja, aborda, de maneira similar, a expansão da indústria no período pós Primeira e Segunda Guerra Mundial e no período da Grande Depressão.

As críticas a teoria geral da CEPAL, nas palavras de Suzigan (1986):

Essa versão extrema do argumento dos choques adversos certamente pode ser, e tem sido criticada como uma teoria geral para explicar o desenvolvimento industrial na América Latina, principalmente no Brasil. Não apenas houve crescimento industrial durante ciclos de expansão das exportações no período de crescimento voltado para fora, como também os efeitos dos choques adversos sobre a produção e o investimento industrial não foram tão diretos quanto subentendido nesta versão extrema do argumento dos choques adversos. (SUZIGAN, pp. 25, 1986)

Uma alternativa para esta versão é a de Furtado (1963) e Tavares (1972). Eles dividem o desenvolvimento industrial em antes e depois da crise do café e da Depressão de 1930.

Antes o crescimento era induzido pelo aumento da renda interna decorrente do setor cafeeiro exportador; e depois de 1930 pela substituição das importações. O ponto de inflexão foi a crise do setor cafeeiro de 1929-1932, que diminuiu sua importância relativa como motor do crescimento interno, passando-o para o investimento industrial.

Pode-se observar a diferença de posição entre esses autores e aqueles da visão cepalina tradicional para o período da década de 1920. Isso porque antes dos anos 30 havia uma clara interdependência entre a expansão do comércio exterior e o desenvolvimento de atividades econômicas internas (Furtado 1963, pp. 267-268).

Assim sendo, para Furtado e Tavares, o crescimento industrial do período anterior à Grande Depressão é considerado como uma extensão do setor agrário-exportador, enquanto que o aumento observado na década de 1930 se deu basicamente

devido ao aumento dos investimentos na indústria e da diminuição da importância relativa do setor agrário-exportador, principalmente o café. (Suzigan 1986, pp. 27).

I.2. A ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações

Partindo das críticas destinadas à teoria dos choques adversos (em sua versão extremista, visto que a visão de Furtado e Tavares para a década de 1920 se assemelha à teoria de desenvolvimento baseado no modelo agrário-exportador) foi desenvolvida a teoria da industrialização liderada pela expansão das exportações, uma vez que segundo esta teoria, a ocorrência de um choque adverso não impulsionava o desenvolvimento da indústria.

Esta ótica estabelece uma relação linear positiva entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial, ou seja, a indústria se desenvolve em períodos de expansão das exportações e se contrai quando o setor agrário-exportador se depara com dificuldades.

Conforme apresentado em Suzigan (1986, pp. 30-31) os dois principais expoentes desta corrente, Dean e Nicol alegam que a Primeira Guerra Mundial, ao afetar o comércio internacional, interrompeu um processo de desenvolvimento industrial que estava em curso.

Antes de entrarmos na análise teórica feita por Dean e Nicol é válido apresentar a posição de Roberto Simonsen (1973). Após análise de dados levantados pelo IBGE através do Censo de 1920, da totalidade das indústrias existentes no Brasil naquele ano, 46,5% foram criadas no período da Primeira Guerra Mundial.

Contudo analisar unicamente este percentual pode levar a uma posição contraditória quanto à importância de um choque adverso para o desenvolvimento industrial, pois ao mesmo tempo em que tal número é significativo, fica claro também que houve no período anterior, origem e desenvolvimento de indústrias no Brasil. Essa contradição está presente quando Simonsen expõe:

Não procede, pois, a afirmação de que a indústria brasileira originou-se apenas da guerra européia. Teve esta, de fato, uma pronunciada influência no seu desenvolvimento posterior, por ter provocado uma notável diversificação na fabricação de novos produtos. As necessidades do consumo, impossibilitado de se abastecer nos únicos mercados fornecedores de então, estimularam o nascimento de

uma multiplicidade de pequenas indústrias, que se desenvolveram principalmente em São Paulo. (SIMONSEN, 1973, pp. 20).

A base da teoria é que o setor exportador afeta positivamente o desenvolvimento industrial monetizando a economia e aumentando a renda interna, o que cria a demanda por manufaturados.

O setor exportador impulsionava também, de certa forma, a criação de infraestrutura, esta necessária para o escoamento da produção e consequentemente desenvolvendo um sistema de distribuição a ser usado, na medida do possível, também por produtos manufaturados.

Com o aumento da renda interna, através das exportações, foi possível promover a imigração que garantiu a oferta de mão-de-obra, bem como gerar as divisas necessárias à importação de bens de capital.

Nesse tocante, o segundo capítulo do presente trabalho busca apresentar a origem do capital e da mão de obra necessária para o setor industrial.

Os fundamentos teóricos acima estão presentes tanto na análise de Nicol quanto na de Dean, este último inclusive demonstra sua idéia de forma clara quando expõe que "durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa" [...] "Durante os anos maus do comércio do café... a indústria local agonizou" (DEAN, 1976, pp. 93-94).

Entretanto, o argumento apresentado mostra-se válido, na visão de Nicol, apenas para o período anterior à Grande Depressão, pois para o mesmo, o desenvolvimento industrial na década de 1930 se embasaria no modelo de substituições de importações, tal como proposto por Furtado e Tavares.

Dean, todavia, estende sua teoria também à década de 1930 e refuta que a Grande Depressão tenha marcado um ponto de inflexão na trajetória da política desenvolvimentista industrial. O autor atribui a crise um caráter única e exclusivamente recessivo, pois segundo o mesmo "a crise do café e a Grande Depressão" [...] "quase paralisaram as indústrias de São Paulo" (DEAN, 1976, pp. 194).

Os dois expoentes da teoria da industrialização pautada nas exportações divergem também sobre a importância do Estado. Nicol aborda que o Estado esteve

presente no processo desenvolvimentista, enquanto que Dean assume que o Estado foi mínimo e que o crescimento se relacionava às forças do mercado, ignorando as ações feitas pelo governo.

Tais ações serão abordadas posteriormente na seção 1.4 através da base teórica proposta por Versiani (1979). A seção 3.3 do terceiro capítulo se apoiará em tal base para buscar indícios que expliquem a diversificação industrial da década de 1920.

Pelo exposto até então fica evidente o debate teórico presente na historiografia sobre o processo de industrialização brasileiro. A priori tem-se uma dicotomia entre os defensores da teoria dos choques adversos e da teoria da industrialização liderada pela expansão das exportações.

Faz-se necessário, antes de passarmos a próxima teoria acerca do desenvolvimento industrial, qualificar as críticas levantadas à teoria de Dean.

Primeiramente, no que tange a década de 1930, o autor menospreza mudanças estruturais ocorridas na política e na economia brasileira.

Em segundo lugar, ignora as mudanças qualitativas fruto do advento da Primeira Guerra Mundial que mesmo não tendo sido a responsável plena pelo desenvolvimento industrial, serviu para conscientizar as forças políticas da necessidade de manter e expandir a política industrial (SUZIGAN, 1986, pp. 32).

Tais qualificações e a crítica à linearidade na relação indústria-setor exportador estão presentes na conhecida ótica do “capitalismo tardio”, tema do próximo item do presente trabalho.

I.3. A ótica do “capitalismo tardio”

As duas teorias apresentadas até então delimitavam dois hemisférios distintos no debate do desenvolvimento industrial brasileiro, entretanto ambas são passíveis a críticas, como vimos. Pautada em tais críticas e no contraste entre ambas, se desenvolveu a teoria que busca enquadrar o desenvolvimento industrial brasileiro como fruto da evolução do capitalismo no Brasil.

Essa teoria ficou conhecida como a ótica do “capitalismo tardio” e teve em Mello (1975), Tavares (1974), Silva (1976) e Cano (1977) os seus principais expoentes cujas contribuições são fundamentais para entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e especificamente da indústria, em particular para a década de 1930.

Conforme exposto anteriormente, a teoria foi desenvolvida em meio ao debate teórico existente. Segundo análise de Suzigan (1986):

A interpretação do desenvolvimento industrial brasileiro segundo a ótica do capitalismo tardio é essencialmente uma revisão da doutrina cepalina tradicional. Embora reconhecendo a importância desta doutrina para o entendimento da peculiaridade do desenvolvimento econômico latino-americano, e mesmo aceitando o postulado de que o desenvolvimento industrial latino-americano é específico (isto é, de uma economia periférica), a ótica do capitalismo tardio refuta o caráter reflexo atribuído às economias latino-americanas pela doutrina da CEPAL. (SUZIGAN, 1986, pp. 33).

Esta ótica aceita a especificidade de economia periférica atribuída pela CEPAL, mas não seu caráter “reflexo”. Defende que ocorreu aqui um desenvolvimento capitalista, na passagem do escravismo para o trabalho assalariado.

Nesse desenvolvimento, o capital industrial era dependente do agrário-exportador e teve origens na passagem da economia colonial para a mercantil entre 1880 e 1920, com o capital acumulado pelo café e a imigração.

Assim, o setor exportador garantiu a acumulação de capital para investimento na indústria, a formação de um mercado de mão-de-obra livre e de uma demanda interna para manufaturados, bem como a capacidade de importar bens de salário, matérias primas e maquinarias.

Segundo Mello existe um “vazamento” de capital cafeeiro para a indústria durante os períodos de expansão das exportações. Em um primeiro momento após um choque no setor externo, a indústria é negativamente afetada, mas conforme o governo aumenta a proteção ao mercado interno, a produção industrial se recupera e passa a se fixar em um patamar superior ao anterior. Isso pode ser explicado pelo uso da capacidade produtiva ociosa gerada nos períodos em que o setor agrário-exportador se expandia. (MELLO, 1975, pp. 112-113).

Assim sendo, na visão dos teóricos da ótica do “*capitalismo tardio*”, existe entre o setor exportador e a indústria uma relação não linear que segue basicamente a cadeia de causalidade exposta acima.

A origem e o desenvolvimento do capital industrial serão abordados com maior precisão no segundo capítulo do presente trabalho, entretanto, faz-se necessário mencioná-lo aqui, visto que o mesmo é ponto importante da teoria em questão.

Por um lado o capital industrial está subordinado ao capital cafeeiro, mas mediante a divisão internacional do trabalho, existiria a tendência para a especialização na produção do café e de produtos agrícolas para a exportação, o que teria um efeito contrário à indústria.

Esta lógica fica clara na exposição de Suzigan quando este afirma que “o desenvolvimento do capitalismo baseado no comércio do café ao mesmo tempo estimulou o desenvolvimento industrial e impôs limites a esse desenvolvimento”. (SUZIGAN, 1986, pp. 35).

As indústrias que se estabeleceram foram as de bens de consumo e não de capital, visto que a demanda por bens de capital continuava sendo dirigidas aos países centrais, mantendo assim a lógica da divisão internacional do trabalho.

O desenvolvimento das indústrias acima estava respaldado também por políticas econômicas, as quais, segundo esta teoria, foram todas de caráter indireto. O governo, impedido de taxar diretamente as exportações (tal justificativa está pautada na hegemonia política do capital cafeeiro no Brasil até 1930), adotou a cobrança de tarifas aduaneiras como fonte de receita, o que protegia a indústria.

Segundo esta teoria tal proteção viria como efeito colateral à proteção do café, ou seja, além de beneficiar o setor exportador a ação governamental também incentivava a indústria local.

Todas essas relações tiveram sua ruptura, ou inflexão, na década de 1930, com o capital industrial tornando-se independente do cafeeiro e o começo do processo de substituição de importações.

Assim sendo, apesar de ser uma revisão mais completa da versão cepalina e de levar em consideração as contribuições de Dean, a ótica do “*capitalismo tardio*” não valoriza as atribuições do Estado no desenvolvimento da industrialização durante os anos 1920.

A próxima teoria abordada mostrará que, mesmo antes da Grande Depressão e da mudança sofrida pela indústria na década de 1930, na década de 1920 já havia um significativo processo industrial em andamento, caracterizado primeiramente pelo processo de diversificação da indústria e em segundo pela participação do Estado, direta e indiretamente, neste processo.

I.4. A industrialização promovida por políticas do Governo

As teorias apresentadas anteriormente, apesar de abordarem corretamente alguns aspectos da economia brasileira, precisam ser complementadas, pois minimizam a participação do Estado na industrialização brasileira no que tange ao período anterior à década de 1930. Acontece que a partir do final da Grande Guerra, o governo brasileiro começou a incentivar deliberadamente o fomento da indústria no Brasil. Os efeitos desses incentivos serão mais bem estudados no capítulo três do presente trabalho e mesmo que possa ser considerada como insuficiente, é notória a participação do Estado no processo.

Os principais autores dessa ótica são Flávio R. Versiani e Maria T. Versiani, sendo o primeiro o principal defensor de que a industrialização brasileira na década de 1920 esteve pautada também em ações do Estado, principalmente uma crescente proteção tarifária, uma política cambial diversas vezes beneficente e a concessão de incentivos e subsídios à implementação e desenvolvimento da indústria.

Entretanto, antes de analisarmos como as ações acima impactaram o desenvolvimento industrial, faz-se necessário esclarecer que essa visão teórica considera tanto a versão dos “choques adversos” como a ótica da industrialização liderada pelas exportações como incompletas para explicar o desenvolvimento da indústria nos anos 1920.

A teoria dos “choques adversos” estipula o crescimento do produto como indicador do desenvolvimento da indústria e por isso considera que choques externos,

tais como a Primeira Guerra Mundial ou a Grande Depressão, possuíam um efeito positivo no processo de industrialização. A indústria nacional responderia positivamente à ocorrência de um choque, e posteriormente a produção tenderia a aumentar.

A visão da industrialização liderada pelas exportações, por sua vez, adota o nível de investimento, e consequentemente a criação de capacidade produtiva, como indicador de crescimento. Nesse tocante aceita a relação positiva entre o setor a indústria e o setor exportador conforme abordado na seção 1.2, visto que o último era o principal responsável pelo aumento da renda interna.

O que se pode observar pelo exposto acima é que as duas, até então, principais teorias acerca do processo de industrialização caracterizavam o crescimento de formas distintas. Além disso, deve-se deixar claro que abordar apenas o nível de produto ou de investimento industrial pode levar a uma análise não acurada do desenvolvimento industrial. Nesse tocante é clara a observação de Versiani e Versiani (1977) ao considerar o processo para a indústria têxtil, principal setor industrial brasileiro no período.

Há, nas interpretações correntes do processo de industrialização anterior a 1930, uma certa tendência à atribuição de importância predominante a períodos de aumento de produção (como a I Guerra) ou de aumento de capacidade produtiva (como o período anterior a I Guerra). O que sugerimos é que essa preocupação de identificar “surto” conduz a uma visão limitada do processo; a evolução da indústria têxtil parece caracterizar-se justamente pela sucessão de fases distintas da expansão da capacidade produtiva e de aceleração da produção, etapas até certo ponto complementares de um mesmo modelo de industrialização. (VERSIANI, F. R. e VERSIANI, M T., 1977, pp. 123).

Segundo eles, existe alternância entre fases de expansão de investimento e expansão de produção e tal variação ao longo do tempo caracterizava um importante ponto para o setor industrial. Suzigan deixa clara a posição de Versiani e Versiani quando expõe que “esses autores sugerem que tal desenvolvimento ocorreu segundo um padrão cíclico que alternava períodos de aumento do investimento com período de expansão de produção” (SUZIGAN, 1986, pp. 39).

Isso exposto, deve-se então retomar a análise da participação do governo neste processo, uma vez que tais ciclos estavam ligados diretamente à política cambial. Em suma, a teoria contempla que quando o câmbio era sobrevalorizado, ou seja, o mil-réis mais caro que a libra, o nível de investimento aumentava em função do barateamento relativo da mercadoria importada, no caso máquinas e equipamentos. Enquanto que,

paralelamente, se o câmbio se desvalorizava, o grau de investimento tendia a cair pelo encarecimento relativo das importações.

Em contrapartida, o efeito da política cambial sobre o nível do produto era diametralmente oposto, uma vez que o câmbio valorizado reduzia a proteção interna, o que levava os níveis de produção a um patamar menor. O câmbio depreciado aumentava a proteção interna e consequentemente estimulava a produção das indústrias locais.

A análise específica desses efeitos encontra-se no terceiro capítulo deste trabalho, uma vez que para entender a diversificação das indústrias na década de 1920 é necessário compreender a importância da taxa de câmbio para o desenvolvimento industrial.

Ainda segundo os defensores da industrialização baseada em ações do Estado, outro importante instrumento de proteção e de incentivo à indústria era a política fiscal, em particular a tarifa alfandegária, que apesar de ter notoriamente o caráter de aumentar a receita do governo, também criava oportunidades para os industriais. Essa visão é explicitada em Versiani e Versiani:

Não há dúvida de que o móvel principal da imposição de tarifas era a mobilização de receitas para o governo [...] Porém, certamente as contradições entre o livre-cambismo que seria da preferência natural dos agricultores e os interesses fiscais do governo [...] deixavam margem para algumas investidas de sentido claramente protecionista. (VERSIANI, F. R. e VERSIANI, M T., 1977, pp. 132).

A estrutura por trás da imposição das tarifas pode ser resumida na seguinte questão: apesar de ser um estado agrário-exportador, o Brasil adotou algum protecionismo aumentando as tarifas sobre as importações, mas o principal objetivo era o equilíbrio das contas do governo. Esse aumento era tolerado pela burguesia cafeeira, pois ela a considerava melhor do que tarifar somente as exportações. Pode-se entender o aumento das tarifas como uma consequência do aumento da taxa de câmbio, que deteriorava as contas nacionais fazendo o governo ter que buscar aumentar suas receitas.

A grande parte da importância das tarifas protecionistas se deu ao fato de que estas, apesar de implementadas usualmente em períodos de câmbio desvalorizado acabavam por vigorar também quando o mil-réis se valorizava.

Os subsídios concedidos foram mais uma forma de estímulo ao setor industrial. Significavam desde a isenção de direitos sobre a importação de matérias-prima até a concessão de empréstimos com o intuito de alavancar o investimento e a produção local.

Dentre as indústrias que se beneficiaram dos subsídios governamentais destacam-se a indústria de cimento, aço, soda cáustica, fiação de seda e outros, o que deixa indícios que o processo de diversificação estava de fato em rumo.

Pode-se observar uma crescente participação do Estado como incentivador da indústria, o que vai ao encontro do fato de que a participação do imposto de consumo na arrecadação do governo continuava a crescer no período posterior a Primeira Guerra. Isso refletia o crescimento do poder de barganha dos industriais no decorrer da década de 1920 e que foi consolidada durante os anos 1930.

Assim sendo, pelo exposto nessa seção, pode-se afirmar que o Estado agiu como incentivador do processo de industrialização. Não há dúvidas que a participação poderia ter sido mais ativa, contudo devem ser consideradas as especificidades e as dificuldades de se fazer política industrial em uma economia tipicamente agrário-exportadora¹.

¹ A conjuntura econômica do país na década de 1920 será apresentada na primeira seção do terceiro capítulo desta monografia.

II – O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: 1880-1920

O capítulo anterior abordou as diversas explicações teóricas acerca do desenvolvimento industrial brasileiro, contudo algumas questões levantadas pelas diversas teorias devem ser qualificadas, visto que representam antecedentes importantes que devem ser considerados para uma análise do processo de diversificação industrial ocorrido na década de 1920.

Portanto, este segundo capítulo abordará aspectos primordiais que possibilitaram a gênese e o crescimento das indústrias no Brasil. Para tal este será dividido em três seções baseadas na cronologia da industrialização no Brasil.

Primeiramente será explicada a origem e o desenvolvimento das indústrias, bem como a emergência do capital industrial para que se possa entender, em perspectiva histórica, o crescente poder dos industriais. Assim sendo, será abordado o período que abrange a década de 1880 até o final do século XIX.

Em seguida, será analisado o início do novo século e como foi o comportamento da indústria até o período anterior à Primeira Guerra Mundial. A ênfase neste caso será a relação da indústria com o setor agrário-exportador, visto que este último era o principal setor da economia brasileira na época, responsável pela maior parcela da renda interna do país.

Por último será abordada a Primeira Grande Guerra (1914-1918), os seus efeitos, bem como as conseqüências para uma economia tipicamente agrário-exportadora. Objetiva-se contextualizar histórica e economicamente a industrialização brasileira em seu período inicial, permitindo assim subsídios para a análise da diversificação industrial a partir da década de 1920, tema desta monografia.

II.1. A origem da industrialização no Brasil: Da década de 1880 ao final do século XIX

É notoriamente difícil precisar uma data para o início da industrialização no Brasil, em grande parte pela falta de dados e testemunhos durante meados do século XIX. Entretanto, é ponto comum na historiografia econômica que a década de 1880 marca a gênese da maioria das indústrias presentes no Brasil no início do século XX.

Dentre as que se originaram em algum período anterior destaca-se a indústria têxtil, mas foi nos anos 1880 que esta iniciou um período de acelerado desenvolvimento, transformando-se no principal ramo industrial do país nas primeiras décadas do século XX.

Essa seção abordará a origem e principalmente os primeiros passos do desenvolvimento das indústrias em um país tipicamente agrário-exportador e dependente do mercado internacional.

Busca-se analisar os fatores que possibilitaram a gênese da Indústria. Nesse tocante serão analisados o mercado de trabalho, o capital industrial e suas implicações, bem como o perfil dos primeiros industriais.

Fato primordial para a expansão da economia brasileira foi a utilização da mão de obra livre e remunerada a partir do final do século XIX e no decorrer do século XX. Embora não seja escopo desse trabalho analisar por completo a transição da mão de obra escrava para assalariada, faz-se necessário abordar de forma sucinta essa transição e a sua influência sobre a indústria nascente.

Esse processo é demasiadamente lento no decorrer do século XIX. Desde a independência em 1822, fazem-se necessários mais de 65 anos até a abolição da escravidão no Brasil. Essa transição ficou conhecida como “abolição progressiva” exatamente pela demora em sua conclusão e pelos diversos estágios em que a mesma se dividiu.

Quando de fato a abolição se concretizou, em 1888, o trabalho assalariado se apresentou como uma alternativa válida aos grandes proprietários de terra. O perfil desses trabalhadores era de imigrantes, em sua maioria de origem européia e que vinham ao Brasil em busca de melhores condições de vida e de enriquecimento.

A imigração, sem dúvida, foi promovida para beneficiar a expansão da economia agrícola e é correto afirmar que a maior parte desses trabalhadores chegava para as lavouras de café. Contudo, as novas indústrias também absorviam essa mão-de-obra em escala relativamente significativa.

Os imigrantes que trabalhavam nas fábricas representavam grande parte do mercado de trabalho para o setor industrial. Sérgio Silva elucida a participação do trabalho assalariado imigrante na indústria brasileira, principalmente na região de São Paulo. Para o autor “a indústria nascente, em particular a indústria de São Paulo, encontra a força de trabalho necessária ao seu desenvolvimento no mercado de trabalho constituído pela imigração em massa provocada pela expansão cafeeira”. (SILVA, pp. 97, 1978).

Flávio Versiani, em sua análise sobre a indústria têxtil na cidade de São Paulo, observa que esse setor absorve mão-de-obra que pode ser dividida em grupos com diferentes características e sob diferentes tipos de contratação. Segundo Versiani, gerentes de produção, contramestres e alguns operários qualificados em geral eram trazidos da Inglaterra, comumente sob contrato a prazo fixo. Os contingentes mais pobres da população livre forneciam aprendizes e trabalhadores não qualificados. (VERSIANI, pp. 13, 1980).

Nesse sentido devemos assinalar que a economia cafeeira, ao criar um mercado de trabalho assalariado com base na imigração e consequentemente um mercado consumidor colabora positivamente com a emergência e expansão da indústria.

A indústria nascente se beneficiara da economia cafeeira em outro aspecto fundamental para o seu desenvolvimento. A expansão da economia agrário-exportadora, em especial do café, permitiu a criação da infra-estrutura que seria utilizada também pela indústria.

Nesse tocante, destaca-se a expansão das estradas de ferro e a utilização da energia elétrica. Esses dois itens estão inseridos tão profundamente no desenvolvimento da economia brasileira, que se pode dizer que sem tais avanços, seria basicamente inviável a expansão da indústria nacional.

A expansão da malha ferroviária significava para a agricultura a possibilidade de novas plantações, uma vez que se tornava possível o escoamento da produção que outrora seria perdida pela distância do plantio ao porto. Segundo Silva (1976):

O desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro. As antigas tropas de mulas não podiam escoar uma grande produção espalhada por milhares de quilômetros. Com as estradas de ferro as distâncias deixavam de ser obstáculos importantes. (...) (SILVA, pp. 56, 1976).

Para a indústria significava a possibilidade da distribuição das matérias-primas e da maquinaria importada dos países centrais, assim sendo, apesar da expansão ferroviária ter sido promovida especialmente para beneficiar a economia cafeeira, ela também foi importante no desenvolvimento industrial nas áreas perto da região cafeeira.

Já a utilização da energia elétrica era o avanço tecnológico necessário para minimizar os custos e impulsionar a produção manufatureira a níveis industriais.

Para Dean (1979), a década de 1880 marcou um importante salto no processo de industrialização baseado na energia hidráulica. Segundo o autor:

A energia hidrelétrica foi um avanço tecnológico tão fortuito para o Brasil meridional quanto o carvão coque o tinha sido para os ingleses três séculos antes. Não é possível imaginar o desenvolvimento da indústria na base limitada do carvão feito de eucalipto, e o custo do carvão importado teria sido tão nocivo ao desenvolvimento industrial no Brasil. (DEAN, 1979).

A criação dessas condições atraiu maiores investimentos para a indústria. Para se entender a totalidade do processo faz-se necessário analisar o perfil desse capital industrial, sua composição, seus representantes e seu desenvolvimento.

O estudo do capital industrial está no seio da análise do desenvolvimento das indústrias no final do século XIX e pelo decorrer do século XX. Ao analisar o investimento industrial, devemos considerar que estes, principalmente na indústria de transformação, e em particular para a indústria têxtil, devem ser considerados como uma fuga de risco para os capitalistas.

Ao final do século XIX e início do século XX, o capital industrial esteve ligado a duas fontes principais. A primeira seria proveniente do capital mercantil, em particular dos comerciantes importadores.

Versiani e Suzigan, em um trabalho conjunto para o X Congresso Internacional de História Econômica, deixam clara a importância do investimento industrial como uma minimização dos riscos dos empreendedores ligados ao setor de importação. Segundo eles, “a instabilidade cambial trazia a esse negócio um forte elemento de incerteza e de risco; nesse sentido a diversificação dos investimentos, com aplicação de capitais na produção, pode ser vista como uma busca de minimização de tais riscos”. (VERSIANI e SUZIGAN, pp. 5, 1990).

A análise por trás desse fato remete às constantes flutuações na taxa de câmbio do mil-réis. Uma desvalorização do mil-réis encarecia as importações e favoreciam os investimentos na indústria nacional.

A outra fonte de investimentos para a indústria era o capital cafeeiro. Já vimos acima como o setor agrário-exportador influenciou indiretamente a expansão da indústria através da promoção de mão-de-obra, mercado e infra-estrutura, contudo em alguns casos específicos houve engajamento direto de cafeicultores no processo industrial.

Isso ocorreu principalmente no Estado de São Paulo, onde os cafeicultores se envolviam em quase todos os ramos do comércio do café.

Entre 1880 e 1895 é identificado um alto nível de investimento industrial, principalmente no período de 1889-1891 onde houve uma grande expansão monetária². Com o intuito de estimular a industrialização no Brasil, o então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, adotou uma política agressiva de concessão de crédito. A análise a seguir abordará como tal política foi benéfica para o setor industrial.

A justificativa para programar a reforma bancária, segundo Rui Barbosa, estava no fato de que o meio circulante disponível não era mais suficiente para suprir a demanda criada com o fim da escravidão e a chegada dos imigrantes, assim sendo, o ministro promoveu a criação de três bancos emissores no país.

(...) Com Rui Barbosa, criaram-se três bancos no país, dividindo-os em três regiões: a do Norte (da Bahia até o Amazonas); a do Centro (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina); e a do Sul (Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás) (...) Ele adotou a pluralidade bancária em razão do

² Ver Suzigan (1986, pp. 81).

regime federativo, pois o país não via com bons olhos a centralização. (MACHADO, pp. 84, 2003).

Com a introdução do trabalho assalariado e a onda imigratória caberia a esses bancos suprir a demanda por moeda gerada pela criação desse novo mercado consumidor. Em paralelo, seria escopo dos bancos emissores também garantirem crédito para os investimentos industriais.

Essa reforma bancária, apesar de ser realizada principalmente para o fornecimento de crédito à lavoura cafeeira, desencadeou basicamente dois efeitos sobre a economia brasileira no período, no que tange a sua relação com o setor industrial.

Positivamente, tal como exposto por Stein (1979, pp. 97-99), a reforma bancária permitiu um aumento no nível de investimento nas indústrias. Segundo o autor, data-se desse período a criação de novas fábricas de tecidos bem como a expansão das pré-existentes através da ampliação do capital nominal. O mesmo ponto de vista é defendido por Fishlow (1972), que atribui ao aumento da disponibilidade de crédito o alto investimento em maquinaria no período entre 1889 e 1891.

Essa afirmativa é corroborada por Suzigan (1986) em sua análise sobre a exportação de maquinarias dos principais países do mundo para o Brasil. O autor trabalha com os dados de exportações da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da Alemanha e da França para o período entre 1855 e 1939.

A média do investimento industrial, definido como a média do volume de importação brasileira de maquinarias³, para o período de 1889-1891 foi cerca de 75% maior que o volume importado nos 3 anos anteriores, conforme tabela 2.1 abaixo, e o nível alcançado nesse último ano só seria superado em 1907.

Tabela 2.1: Exportações de maquinaria industrial para o Brasil⁴

	1886	1887	1888	1889	1890	1891
Total	493.609	472.212	652.601	631.339	819.011	1.386.755
Taxa de Crescimento Anual	-	-4,33%	38,20%	-3,26%	29,73%	69,32%

Fonte: SUZIGAN, 1986, pp. 358

³ Importante observar que para os anos de 1920 e particularmente para a década de 1930, esse índice pode estar subestimado, pois nesses anos já se produziam alguns bens de capital no Brasil.

⁴ Calculados em libras esterlinas a preços de 1913. Provenientes da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da Alemanha e da França.

Negativamente, a alta expansão da base monetária e a facilidade de obtenção de crédito geraram também um alto nível de especulação, principalmente no mercado de valores, o que ficou conhecido como a Crise do Encilhamento.

Apesar disto, pode-se dizer que o período do Encilhamento (1889-1891) foi benéfico para o investimento industrial como um todo. Entretanto, deve-se qualificar essa informação à luz do exposto por Versiani & Versiani (1977).

Segundo esses autores para a indústria têxtil fluminense, grande parcela do aumento do capital deveu-se ao reinvestimento dos lucros. De fato, o reinvestimento foi uma importante fonte de capital industrial, principalmente para a indústria têxtil, contudo a análise de apenas uma indústria, mesmo essa sendo a indústria de transformação predominante no período, pode levar a uma conclusão não tão acurada.

Assim sendo, a partir de 1880, temos até o final do século o desenvolvimento de diversos fatores que possibilitaram a expansão da indústria no período. Com exceção dos anos finais, quando a partir de 1896 o setor cafeeiro passou por dificuldades, o que reduziu o crescimento da economia brasileira e consequentemente também o nível dos investimentos industriais como um todo.

A partir de 1902, com a retomada da expansão das exportações, a indústria brasileira voltaria a se desenvolver de forma vigorosa. As características da indústria nesse período até a Primeira Guerra Mundial são abordadas a seguir.

II.2 O desenvolvimento da indústria no Brasil: de 1901 a 1913

Essa seção abordará o processo de industrialização brasileiro no período que abrange o início do século XX até o advento da Primeira Guerra Mundial, em suma abordará o desenvolvimento da indústria nacional nesse período de intensa expansão do setor agrícola.

Para tal serão apresentados os níveis de investimento e de produção industrial no período, bem como analisada a relação da indústria com o setor agrícola. Essa exposição se faz necessária uma vez que as políticas econômicas do período que

visavam beneficiar o setor de exportação impactaram o desenvolvimento da indústria nos anos que antecedem a Primeira Guerra.

Após a crise cafeeira do final do século XIX, a economia brasileira se recuperou já no ano de 1902, o qual marcou a retomada de uma taxa de crescimento positiva para o investimento industrial.

Devem-se identificar os principais fatores que possibilitaram essa expansão. Nesse quesito são de predominante relevância para a análise, a expansão da economia de exportação, com a valorização dos preços internacionais do café, a valorização da taxa de câmbio e a expansão do crédito no período.

Nesse período o desenvolvimento da indústria está relacionado com o crescimento da economia brasileira como um todo, em particular com o crescimento das receitas com as exportações, uma vez que o setor era o principal responsável pelo aumento da renda interna, como já discutido anteriormente. Com exceção do período de 1907-1908 em que a economia de exportação sofreu uma baixa devido à crise norte-americana, o período de 1902-1913 se mostrou extremamente favorável para o setor agrário-exportador.

Apesar disto, nos primeiros anos do século, a economia cafeeira sofria com um excesso de produção, o que levou os governos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais a efetuar, em 1906, durante o Convênio de Taubaté, a primeira defesa do produto.

Com o preço internacional do café em alta novamente e o aumento dos lucros do setor agrário-exportador, a indústria se beneficiava indiretamente através do efeito-renda, o que caracterizava um *spill-over* do setor exportador para o restante da economia.

As condições do comércio da borracha, segundo principal produto da pauta exportadora do país até o início da Primeira Guerra, também contribuíram para um cenário positivo nas exportações brasileiras, devido ao aumento do preço do produto.

Em paralelo ao bom resultado do setor exportador, o período é marcado por uma valorização cambial, assim sendo o mil-réis mais forte permitia a expansão dos níveis

de investimento, uma vez que as importações de maquinarias, por exemplo, ficavam relativamente mais baratas.

Aproveitando-se disso, os industriais podiam investir em um estoque de equipamento, a fim de possibilitar o aumento de produção em períodos em que o câmbio se desvalorizasse, quando os bens importados tendiam a ficar relativamente menos atrativo que os bens produzidos internamente, o que estimularia a produção local.

A análise dos dois parágrafos acima permite identificar que a economia industrial brasileira se deparava, ao longo do tempo, com uma relação cíclica, hora de surtos de investimentos, ora de surtos de produção.

O período estudado nesta seção, como supracitado, é dominado por altas taxas de investimento, em particular para o período entre 1909-1913. O nível de investimento no ano que precedeu o primeiro grande conflito mundial foi o maior visto na indústria até o final da década de 1920.

Os níveis de investimentos estiveram também relacionados com a política monetária do período. Uma política expansionista no sentido em que existe um aumento real no estoque de moeda afeta positivamente o investimento industrial, na medida em que esse aumento reduz a taxa de juros da economia e aumenta as facilidades de obtenção de crédito. Com o crédito mais barato, aumenta-se o estímulo para investir.

A expansão de crédito no período está relacionada com a criação da Caixa de Conversão ao final de 1906. A Caixa era um mecanismo de proteção da economia brasileira, em especial para o setor exportador, a fim de manter o poder de troca do mil-réis. Basicamente, a Caixa de Conversão regulava o mercado através da emissão de notas conversíveis, as quais eram trocadas por divisas baseando-se no peso do ouro.

De posse do entendimento desses mecanismos, é pertinente a apresentação de algumas informações quantitativas a respeito da expansão das indústrias e qual a importância das mesmas antes do início da década de 1920.

A tabela 2.2 abaixo relata os estabelecimentos industriais baseando-se pela data de criação e apesar da precariedade de alguns dados, visto que algumas empresas são apresentadas com datas desconhecidas, é possível apurar que cerca de 40% dos

estabelecimentos existentes em 1919 iniciaram suas atividades no século XX nos anos que antecedem a Primeira Guerra Mundial, o que demonstra a importância do período.

Tabela 2.2: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS NO BRASIL DE 1884 A 1919.

Data de Fundação	Estabelecimentos		Número de Operários por Estabelecimento	HP por operário	Valor da Produção (%)
	Número	%			
Até 1884	388	2,91	76	1,01	8,7
1885-89	248	1,86	98	1,48	8,3
1890-94	452	3,39	68	1,08	9,3
1895-99	472	3,54	29	1,05	4,7
1900-4	1080	8,10	18	1,01	7,5
1905-9	1358	10,18	25	1,17	12,3
1910-14	3135	23,51	17	1,15	21,3
1915-19	5936	44,51	11	1,02	26,3
Desconhecida	267	2,00	16	1,77	1,6
Total	13336	100	20*	1,33⁵	100

Fonte: VILLELA, 1972, pp. 59

A tabela aponta dois outros aspectos interessantes do período. Primeiramente, expõe que as indústrias estabelecidas entre 1905-1914 são mais intensivas em capital, ou seja, apresentam uma relação capital-trabalho superior às dos demais períodos, excetuando-se aquelas que tiveram início nos anos de 1885-1889.

Além disso, os estabelecimentos fundados entre 1900-1914 são responsáveis por cerca de 41% do valor da produção industrial em 1919.

Com base nisso, corrobora-se a análise original de Dean (1979) em que o período do início do século XX até o advento da Primeira Guerra marcou um importante período caracterizado por um acelerado ritmo de investimento industrial no Brasil, principalmente nos ramos mais tradicionais da indústria.

Contudo, como será visto na próxima sessão, um choque exógeno com as características da Primeira Guerra, na qual o comércio internacional estremeceu, traria diversas consequências, positivas e negativas, para a indústria brasileira.

⁵ Médias Ponderadas

II.3 – A Primeira Guerra Mundial e os seus efeitos na industrialização brasileira

Conforme exposto no primeiro capítulo do presente trabalho, o debate acerca dos efeitos da Primeira Guerra sobre a economia brasileira, em particular sobre a industrialização, é possivelmente o mais importante para que se possa entender em qual estágio se encontram as indústrias brasileiras no início da década de XX.

Nesse tocante, esta seção abordará os efeitos da Primeira Guerra sobre as indústrias existentes, o impacto nos níveis de investimento e de produção e como o advento do conflito mundial estimulou o início de um processo de diversificação industrial no Brasil.

A seção anterior mostrou que as indústrias brasileiras se encontravam em desenvolvimento no período anterior à guerra. Conforme apresentados, os níveis de investimento nos primeiros anos da década de 1910 somente seriam superados na década de 1940.

Assim sendo, inicialmente o advento da Primeira Guerra Mundial teve efeito negativo sobre as indústrias de transformação brasileiras no que tange ao grau de investimento, uma vez que nos primeiros anos do conflito este foi drasticamente reduzido, aos níveis do início da década de 1880.

Baseando-se nos dados sobre as maquinarias exportadas para o Brasil que foram utilizados como representantes do nível de investimento industrial brasileiro, Wilson Suzigan afirma que:

Durante a Primeira Guerra Mundial o investimento na indústria de transformação foi uma vez mais drasticamente reduzido. Em 1915-1916 as exportações de maquinaria industrial para o Brasil estavam reduzidas a cerca de 12% do nível de 1913 e a cerca de 16% em 1917-1918. (SUZIGAN, pp. 84, 1986).

Esses níveis seriam menores caso não fossem algumas indústrias específicas, as quais se beneficiaram parcialmente com advento do conflito, segundo Suzigan (pp. 85) esse é o caso das indústrias de processamento de carne, açúcar, óleo de caroço de algodão, fábricas de papel, entre outras.

O desempenho de 1917 coincide com a segunda valorização do café. Os principais compradores brasileiros, engajados no conflito, diminuíram a demanda pelo

produto. Em conjunto, o país se deparou neste ano com uma supersafra, o que influenciou na decisão de uma nova defesa.

Na indústria, 1917 representou uma melhora relativa no nível de investimentos, um aumento de 36,7% em relação ao período de 1915-1916, contudo tal reação iniciada não foi mantida e em 1918, último ano do conflito, os investimentos declinaram uma vez mais, uma queda em torno de 13% em relação ao ano anterior.

Assim sendo, no que tange ao investimento industrial, a Primeira Guerra apresentou-se negativamente para o processo de industrialização brasileiro, contudo não se pode analisar o período baseado apenas baseando-se nesse efeito. Dois outros aspectos precisam ser abordados para que se possa compreender a efetiva importância do conflito para as indústrias nacionais.

Primeiramente, deve-se analisar como o advento da Grande Guerra impactou a produção, ou seja, como as indústrias se comportaram no que tange ao crescimento do produto industrial. Por último e possivelmente o mais importante de todos os efeitos, a consequência da Guerra para mudança na mentalidade dos industriais e do governo brasileiro.

A produção industrial durante a Primeira Guerra Mundial, assim como exposto por Suzigan (1986), “variou enormemente em todos os setores industriais” (pp. 53). Baseando-se em dados de Haddad (1978) sobre as taxas de crescimento da produção de produtos industriais se identifica um declínio no primeiro ano do conflito, 1914. Nesse ano, o autor estima um declínio de 8,7% na produção nacional.

Os anos de 1915-1917 marcaram uma recuperação na taxa de crescimento do produto industrial, contudo esse crescimento deveu-se à utilização da capacidade produtiva instalada no período de expansão da economia agrícola anterior à Guerra, principalmente o período de 1908-1913.

O último ano do conflito marcou novamente um índice negativo para a produção industrial (1,0%), apesar do aumento em algumas indústrias específicas, conforme tabela abaixo.

Tabela 2.4: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS SELECIONADOS 1914-1918 (EM %) – ANO BASE 1913

Produtos	1914	1915	1916	1917	1918
Chapéus	-35,0	15,4	15,6	7,7	-8,9
Calçados	-19,2	15,2	22,1	1,2	4,5
Couros e Peles	4,2	4,0	3,8	0,0	3,7
Tecidos					
de algodão	-18,4	50,0	0,6	15,6	-9,9
de lã	-20,0	0,0	40,0	28,6	-2,8
de juta	18,4	4,4	-8,5	39,5	-21,7
de seda	-	-	-	-38,8	46,7
Produtos de Fumo					
charutos	23,5	-9,9	14,6	-4,3	7,8
cigarros	-5,9	-3,4	29,0	-24,0	15,8
Bebidas					
refrigerante	-13,7	-11,4	2,6	7,5	16,3
cerveja	9,9	-13,0	-5,1	-19,3	2,4
vinho	-	-	133,8	54,8	6,2
aguardente	-	-	109,1	30,4	-1,7
Produtos Químicos					
fósforo	-11,5	18,4	10,8	-17,7	-3,2
farmacêuticos	-12,5	0,0	42,9	30,0	7,7
perfumaria e cosméticos	-20,0	33,3	25,0	30,0	-11,5
Produtos Alimentícios					
açúcar	10,0	1,5	13,4	5,3	7,5
carne industrializada	-14,7	0,7	6,3	12,6	-6,5
manteiga	-	-	-	-	3,1
torrefação e moagem de café	-	-	-	-	8,7
Total da Indústria de Transformação	-8,7	12,9	11,4	8,7	-1,0

Fonte: SUZIGAN, pp. 54, 1986

Os dados expostos acima demonstram uma expansão razoável na produção industrial no período da Primeira Guerra, com uma taxa de crescimento médio de 4,4%. Contudo o período anterior ao conflito (1908-1913) apresentou uma média mais robusta, de 9,1% (Haddad, 1978).

Outros autores tais como Fishlow (1972), Villela e Suzigan (1973), apesar de utilizarem períodos base diferentes chegam a um resultado semelhante, ou seja, os anos de 1914-1918 marcaram um crescimento na produção industrial, apesar deste não ter sido tão vigoroso quanto no período anterior quando a economia de exportação esteve em alta.

Contudo, como já exposto anteriormente, a importância do período não pode ser analisada apenas mediante os índices de investimento e de produção. Devem-se considerar os efeitos qualitativos sobre a indústria nacional, isso é, o início de um

processo de diversificação industrial baseando-se no reinvestimento de lucros adquiridos durante a Guerra em conjunto com a utilização de políticas deliberadas de desenvolvimento industrial por parte do governo.

Com o término do conflito e o retorno do comércio internacional aos seus níveis normais, o investimento na indústria brasileira aumentou mais uma vez. As importações de maquinarias cresceram aproximadamente 60% em 1919, em relação ao ano anterior.

O perfil desse investimento, entretanto, começa a se diferenciar daquele do período anterior à Primeira Guerra. Enquanto que antes do conflito quase todo capital era fruto do setor exportador ou de comerciantes importadores, o capital industrial no imediato pós-guerra apresenta-se ramificado em três origens básicas.

Primeiramente, continua-se a participação do capital oriundo do setor agrícola, contudo soma-se a ele o reinvestimento dos lucros dos próprios industriais e a chegada do capital estrangeiro.

No que tange à utilização dos lucros, Versiani (1979) aborda a importância da Primeira Guerra:

A forte importação de equipamentos industriais nos anos após a Primeira Guerra Mundial está sem dúvida relacionada com os lucros derivados da expansão da produção nacional durante o conflito, dadas as dificuldades de importação. (...) De fato, tem-se aqui um exemplo do que (...) fora um padrão recorrente em nossa evolução econômica anterior: a aplicação de capitais na indústria como decorrência de um surto prévio de expansão de demanda, causado pelo encarecimento das importações concorrentes. (VERSIANI, 1979, pp. 77)

O autor levanta os efeitos do conflito para as novas indústrias:

(...) a guerra trouxe também outra consequência, no que toca à produção industrial: o desenvolvimento de atividades novas, ainda que em caráter incipiente. (...) Embora a compra de máquinas tenha sido obviamente dificultada ou mesmo impossibilitada pelas condições de guerra, há muita evidência de que várias linhas novas de produção manufatureira se iniciaram ou se expandiram na época; tratava-se em geral de atividades que, seja pela natureza do produto, seja pelo pouco volume da produção, não demandariam grande monta de equipamento importado. Também houve, em diversas atividades, aumento relevante no número de unidades produtivas e de capital investido. (VERSIANI, 1979, pp. 79)

Esse início do processo de diversificação das indústrias nacionais foi encorajado pelo governo federal e bem aceito pelos industriais locais. Isso porque a produção industrial brasileira, mesmo tendo alta no período da Guerra, foi influenciada

negativamente pela escassez de matéria-prima e de equipamentos resultado da dificuldade encontrada no comércio internacional.

A principal forma de apoio governamental no final do conflito e no imediato pós-guerra foi através do aumento das tarifas de importação, a fim de beneficiar a produção local, o que era muitas vezes reivindicado pelos grupos industriais.

O método para introdução de tais modificações era os adendos às leis orçamentárias anuais. Nesse tocante as leis de 31/12/1917 e 31/12/1918, por exemplo, trouxeram acréscimos em tarifas incidentes sobre produtos cuja fabricação no país se firmara nos anos anteriores, tais como papéis de embrulho, tintas a óleo, dentre outros. (VERSIANI, 1979, pp. 62)

Alguns desses aumentos foram revogados pouco tempo depois, como é o caso da alíquota sobre a importação de brinquedos, com a argumentação da falta de capacidade da indústria local de suprir o mercado.

Entretanto, independente da descontinuidade de algumas tarifas, deve-se ter em mente a mudança de posição do governo que passa a apoiar deliberadamente a indústria após a Primeira Guerra Mundial. Como será visto no próximo capítulo, a grande diversificação industrial nos anos de 1920 foi, em parte, beneficiada por incentivos governamentais e pela crescente proteção tarifária.

III – A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1920

As discussões expostas até aqui mostram como a indústria brasileira possuía relação complexa com o setor exportador no final do século XIX e no início do século XX até o advento da Primeira Guerra Mundial. Essa relação permanece durante os anos da década de 1920, contudo se torna cada vez mais atenuada. Nesse tocante, pode-se dizer que uma das principais conseqüências do grande conflito foi alterar o pensamento do governo e da sociedade sobre a importância da indústria para o desenvolvimento interno⁶.

A década de 1920, ao ser estudada em contraposto com o período posterior, pode, à primeira vista, ser rotulada como um período desfavorável à indústria. Contudo, como esse capítulo buscará demonstrar, houve significativo desenvolvimento industrial no período. Destaca-se nesse tocante o processo de diversificação, no qual a participação do Estado foi de suma importância.

III.1 – A economia brasileira na década de 1920: uma visão geral

A década de 1920 representa um período de alta importância para a economia brasileira. Ao mesmo tempo em que a economia agrário-exportadora encontra-se em seu auge, esta precisa conviver com a crescente e, como será exposta na próxima seção, em processo de diversificação, indústria nacional.

O café e a indústria não eram, sem sombra de dúvidas, mutuamente excludentes. De fato, o percurso da indústria estava fortemente condicionado à situação do café, pois, este era, em grande medida, responsável pelo nível da renda interna, do qual dependiam importantes setores de atividade, em especial a indústria, que se beneficiava do café como gerador de capacidade de importar. (SARETTA, 1997, pp. 218).

O crescimento de setores alheios à economia de exportação fez com que o governo tivesse que repensar a sua política econômica ao longo dos anos 1920, obviamente levando em conta a importância do setor dinâmico.

A fim de analisar corretamente o processo de industrialização no período é pertinente apresentar, primeiramente, o comportamento da economia brasileira durante

⁶ O Centro Industrial do Brasil atuando desde 1904 no Rio de Janeiro exemplifica os crescentes esforços dos industriais.

a última década da República Velha, para que se possa ter uma visão geral do contexto em que tal processo se desenvolve.

Para que se possa entender a economia na década de 1920, faz-se necessário estudar as políticas econômicas que sumarizam a história econômica brasileira, tendo em vista a preocupação do governo com a situação do café no mercado internacional.

Essa seção abordará as políticas monetárias, cambiais e fiscais, bem como, as duas tentativas de defesa do café (1921 e 1924) que ocorreram durante os anos 1920.

Após a Primeira Guerra, o governo esteve nas mãos do paraibano Eptácio Pessoa⁷ e, como não poderia deixar de ser, a política econômica ainda era influenciada pelas consequências do conflito mundial.

No imediato pós-guerra e até meados de 1920, o comércio internacional apresentou níveis acentuados, em grande parte devido ao “boom” de crescimento pelo qual passaram as principais economias mundiais.

A demanda externa por *commodities* aumentou em grande escala. Isso se refletiu diretamente na exportação do café brasileiro que se valorizou rapidamente e dado o peso do produto na pauta de exportação nacional, esta aumentou consideravelmente. Esse efeito foi exacerbado, no caso do Brasil, pela sensível restrição da capacidade de oferta mundial de café causada pela grande geada de 1918. (FRITSCH, 1989, pp. 46).

As importações também cresceram, contudo em ritmo mais tênue, o que gerou um superávit na balança comercial brasileira em 1919 e no começo de 1920. Esse saldo positivo acarretou apreciação cambial, valorizando o mil-réis.

Entretanto, esse cenário se alterou drasticamente em meados de 1920 quando, devido à recessão pela qual passavam os Estados Unidos e a Inglaterra, as exportações brasileiras declinaram consideravelmente e isso foi seguido por uma queda brusca no preço internacional do café.

As importações, em contrapartida, não seguiram a queda com mesma velocidade e o desequilíbrio negativo no balanço de pagamentos se desdobrou em uma rápida

⁷ Eptácio Pessoa assumiu o governo em julho de 1919 após o falecimento do presidente eleito, Rodrigues Alves.

desvalorização cambial que colocava a economia brasileira em uma situação delicada. A diminuição das importações prejudicava a receita do Estado, uma vez que esta era fortemente dependente do imposto sobre as importações⁸, enquanto que a queda no valor do mil-réis implicava a inflação dos preços internos.

Em paralelo a essa conjuntura, houve a expectativa de uma supersafra na produção de café e dado o baixo valor em que se encontrava o preço internacional do produto, que então tenderia a baixar ainda mais, o governo federal se viu obrigado a programar novamente um plano de valorização do café em 1921, o terceiro durante os anos da Primeira República⁹.

O plano, que consistia na utilização de capital doméstico e internacional, o primeiro proveniente do Banco do Brasil e o segundo de um empréstimo tomado em Londres, foi bem sucedido e os preços do café subiram consideravelmente, apoiando-se ainda na recuperação da economia internacional em 1922.

Entretanto, apesar da melhora na conjuntura externa, o governo se deparava com um alto déficit fiscal, fruto, entre outras coisas, da política de compra de títulos feita durante o período de recessão, o que culminou em uma crescente dívida do Tesouro com o Banco do Brasil, principal credor interno.

Ao final de 1922, o governo autorizou o redesconto de títulos federais o que provocou um crescimento explosivo da base monetária no último trimestre do ano. (FRITSCH, 1989, pp. 49)

As conseqüências do grave desequilíbrio fiscal e das tendências inflacionárias devido à expansão monetária repercutiriam diretamente na política econômica adotada pela administração de Arthur Bernardes, que assumiu a presidência da república em 15 de novembro de 1922. Winston Fritsch elucida as principais questões do novo governo:

O ponto básico do programa de Bernardes seria a realização de uma reforma monetária que transformasse o Banco do Brasil em banco central, retirando do Tesouro os poderes de emissão de moeda. A estabilização das receitas de exportação com vistas ao fortalecimento da posição externa, que passava a constituir-se em meta prioritária do novo governo, seria cumprida pela

⁸ A partir da década de 1920 a razão dos impostos sobre os produtos importados e a receita do governo passa a diminuir gradativamente e outros impostos, tais como o Imposto de Renda, criado em 1924, passam a ter papel fundamental na composição das receitas do Estado.

⁹ Os planos anteriores ocorreram nos anos de 1906 e 1917. Para maiores informações a respeito das políticas de valorizações do café ver FAUSTO, 1988.

institucionalização de novo e ousado programa, dito “permanente¹⁰” de defesa dos preços de café. (FRITSCH, 1989, pp. 51).

A dívida do governo com o Banco do Brasil, em especial a de curto prazo assumida na administração anterior, encontrava-se em patamares excessivos e era ponto comum entre as autoridades econômicas que ela deveria ser liquidada.

Para tal, houve resgate de títulos do Tesouro que se encontravam em poder do Banco do Brasil, o que acarretou uma política fiscal fortemente contracionista.

A fim de possibilitar a reforma bancária proposta em seu plano de governo, foi dado ao Banco do Brasil o poder de emissão, que seria em parte lastreado em ouro transferido pelo Tesouro, o que ajudaria, também, a diminuir a dívida do governo com o banco.

A política restritiva perdurou durante o ano de 1922 e até meados de 1923, quando, a partir do segundo semestre, a manutenção da mesma se tornava cada vez mais custosa. Segundo Fritsch (1989, pp. 53), a dificuldade de liquidez no setor bancário e os crescentes saques dos depósitos feitos no Banco do Brasil levaram-no a lançar mão da sua faculdade de emissão.

Como se podia imaginar, isso acarretaria uma queda no valor do mil-réis e foi exatamente o que aconteceu. A conjuntura negativa na política monetária e fiscal levaria ao governo a buscar um empréstimo estrangeiro para liquidar o débito do Tesouro com o Banco do Brasil.

O empréstimo, no primeiro momento, entretanto, foi negado¹¹ e o governo se via com a necessidade de acomodar, de alguma forma, a onda inflacionária e a aguda desvalorização cambial vivida em 1923.

Em meio a essa conjuntura, desenvolviam-se no seio do governo federal, correntes opostas sobre os rumos da política, e ao final de 1924 houve substituição do

¹⁰ Os três planos de defesa anteriores foram feitos quando a situação do produto já exigia a intervenção estatal, a idéia agora era agir preventivamente.

¹¹ Para maiores detalhes ver Fritsch (1989, pp. 52-54) e Saretta (1997, pp. 228-229).

presidente do Banco do Brasil e do responsável pela pasta da fazenda como resposta à situação delicada pela qual passava a economia brasileira.¹²

A política econômica se viu alterada novamente, tanto no que tange ao plano de defesa do café quanto à política monetária e cambial.

A responsabilidade do programa de defesa do café passou para o Estado de São Paulo através do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. Em paralelo a política econômica passou a ser deliberadamente deflacionista e visando à valorização do mil-réis. (SARETTA, 1997, pp. 230).

Houve, de fato, apreciação cambial. Em paralelo, a inflação caiu aproximadamente 10% em 1926, mas a indústria nacional tinha apresentado baixos níveis agregados no período¹³. De certo modo, o período final do governo de Bernardes conseguiu alcançar seus objetivos de curto prazo, expostos acima, e a transição para o próximo governo seria feita de forma tranquila.

A partir de 1926, a Presidência da República foi assumida por Washington Luis e sua eleição representava a manutenção dos cuidados com a política de defesa do café.

Somada a preocupação com a defesa, o governo desejava acabar com as flutuações do câmbio que ocorreram nas administrações anteriores. Segundo Topik (1987, pp. 95-96), acreditava-se que “os problemas do café e do câmbio são estreitamente relacionados um com o outro, de maneira que, se a estabilização (do câmbio) tornou a defesa do café viável, este, por sua vez, passou a ser o fator principal para a estabilização do câmbio”.

Assim, Washington Luis tinha como um dos objetivos de sua política econômica a estabilização do câmbio, tornando a moeda plenamente conversível em ouro a uma taxa de 6d, desvalorizada em relação à média dos últimos meses de 1926, o que servia às necessidades da classe exportadora¹⁴.

¹² Essa alteração não foi meramente nominal, elas representavam um embate que existia dentro do próprio governo quanto às políticas econômicas adotadas, em especial a política de defesa do café através da intervenção do Banco do Brasil.

¹³ O comportamento da indústria nesse período, bem como em toda a década de 1920 será apresentado na seção 3.2 desse texto.

¹⁴ Vale ressaltar aqui que a maior preocupação do setor cafeeiro não era exatamente com a estabilidade da moeda, mas sim que a mesma se encontrasse desvalorizada.

Para tal foi instituída uma reforma monetária que consistia na criação de um órgão capaz de emitir notas conversíveis à vista contra depósitos em ouro nela feitos, assim sendo foi criada a Caixa de Estabilização, similar à antiga Caixa de Conversão, que operou no período anterior a Primeira Guerra Mundial. (FRITSCH, 1989, pp. 57).

A economia mundial apresentava-se em expansão acelerada no final de 1926 e nos anos de 1927 e 1928 e isso repercutiu positivamente na economia brasileira. Com o crescente fluxo de empréstimos e investimentos estrangeiros, a economia brasileira apresentou elevadas taxas de crescimento no período (5,2% em 1926, 10,8% em 1927 e 11,5% em 1928) ¹⁵.

Assim como Fritsch (1989), Saretta (1997) analisa que a economia brasileira, apesar do crescimento, estava fundada em bases frágeis e dependentes em uma economia regida pelo padrão-ouro.

Se o quadro da economia era virtuoso, nem por isso estava assentado em bases sólidas, pois era extremamente dependente de dois fatores fora do controle da política econômica e que estavam associados. O preço do café e os fluxos positivos de recursos internacionais estavam correlacionados, ou seja, os empréstimos eram positivos se a renda da exportação também se apresentasse crescente. As políticas de valorização, que o Brasil já praticava com sucesso havia duas décadas, dependiam crucialmente destes mesmos recursos em moedas estrangeiras. (...) um desequilíbrio no balanço comercial e funcionando o padrão ouro, haveria pressões, quase que automáticas sobre o crédito, e é claro, sobre a atividade econômica. (SARETTA, 1997, pp. 231)

A situação começou a mudar ainda em 1928 com a dificuldade no balanço de pagamentos devido à erosão de saldo comercial, fruto do aumento das importações, induzido pelo crescimento da economia nos anos anteriores.

Esse desequilíbrio, como era de se esperar, diminuiu o crescimento das emissões da Caixa de Estabilização. Em paralelo, o crédito interno se encontrava novamente restringido e o medo de uma onda deflacionária aportava uma vez mais.

Essa conjuntura já demonstrava que o plano econômico de Washington Luis baseado no padrão ouro, já se encontrava vulnerável e com os eventos em 1929 seria inviável a manutenção do mesmo.

¹⁵Dados de Fritsch (1989).

Primeiramente, em 1929, houve uma nova safra recorde na cafeicultura, o que somado com o baixo consumo internacional gerou um acúmulo de estoque e conseqüentemente a falta de liquidez no principal ramo da economia.

Por último, a eclosão da crise financeira mundial, em 1929, fez com que o Banco do Brasil se abstinhasse da política de estabilização, uma vez que praticamente toda a economia passava por uma situação delicada e precisava de ajuda.

A crise de 1929 rapidamente se alastrou pelo mundo e o pânico dos investidores repercutia tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Houve fuga do capital estrangeiro aqui investido e, com a falta de divisas a estabilidade não pôde ser mantida, acarretando assim o alastramento da crise pelo país.

O setor cafeeiro que teve seu auge durante os últimos anos, começava a auferir prejuízos consideráveis e isso se refletia em dificuldades para os defensores do café tanto no âmbito econômico quanto no político.

A economia brasileira chegava ao final da década de 1920 em uma posição desconfortável e a recessão tornava crescente a necessidade de mudanças. Estas não tardariam a ocorrer. Em outubro de 1930 chegava ao fim a República Velha no Brasil e iniciava-se um novo capítulo na história brasileira com o primeiro Governo Vargas.

Por fim, cabe traçar um rápido paralelo entre o que foi exposto acima e o apresentado no primeiro capítulo desta monografia. Fica claro que a partir da Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro passou a ser muito mais ativo e o desenvolvimento da indústria também viria como resultado dessa postura.

Nesse tocante, a tese defendida por Flávio Versiani parece contemplar mais profundamente as novas relações do governo com a economia brasileira e em especial com a indústria nacional.

Exposto o desenvolvimento da economia brasileira nos anos 1920, torna-se possível agora apresentar o comportamento da indústria nesse período. Assim sendo, a próxima seção buscará expor a situação da indústria e a diversificação industrial que ocorreu durante as administrações de Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e Washington

Luis, enquanto a seção 3.3 tentará apontar indícios das bases desse processo e como este foi possível através de incentivos deliberados do governo.

III.2 – A indústria brasileira nos anos 1920

A década de 1920 é considerada por alguns autores da historiografia econômica (Simonsen, 1973; Baer, 1965; Fishlow, 1972) como período negativo no processo de industrialização brasileira.

A argumentação desses e outros autores é que o período foi marcado por um baixo nível de produção industrial. A isso são atribuídos alguns fatores tais como o aumento das importações competitivas, as mudanças na política monetária no período e em particular o desempenho “fraco” e “decepcionante” do principal ramo da nossa indústria, a indústria têxtil. [(FISHLOW, 1972, pp. 326); (VILLELA e SUZIGAN, 1973, pp. 172)].

O segundo e principal motivo para essa usual rotulação deriva da análise comparativa do período com a década de 1930. Esse tipo de análise tende a colocar a década de 1920 como um período de baixo dinamismo e a Crise de 1929 como um suposto ponto de inflexão para o setor industrial: a partir do início dos anos 1930 se iniciaria o processo de industrialização voltado para “dentro” com uma acelerada expansão da produção.

Entretanto, faz-se necessário investigar as raízes do surto industrial ocorrido na década de 1930, pois a diversificação industrial durante a década de 1920 pode ter sido importante para o fomento de condições que possibilitaram tal expansão na década seguinte. (VERSIANI, 1979, pp.12)

Essa seção tem por objetivo apresentar o comportamento do setor industrial brasileiro no período de 1920-1929, enfatizando que apesar de taxas de crescimento baixas, ocorreu um sensível processo de diversificação industrial nesses anos.

Existem dois cenários distintos para a indústria brasileira nesse período. O primeiro diz respeito ao comportamento da indústria têxtil e o segundo das demais indústrias.

III.2.1 – A indústria têxtil durante a década de 1920.

A indústria têxtil apresentou uma tendência decrescente durante grande parte dos anos 1920 e dada sua importância relativa na produção industrial agregada, é possível identificar que houve uma generalização indevida do baixo desempenho do setor para a indústria como um todo.

Nesse quesito julga-se pertinente apresentar, mesmo que de forma sucinta, o desempenho do setor têxtil no período, salientado que parece ter havido um ponto importante no que tange o aumento da capacidade produtiva ao final da década.

A indústria têxtil brasileira, de uma forma geral, pode ser desmembrada, durante os anos 1920, em dois sub-setores; a indústria de tecidos de algodão e a indústria têxtil não-algodoeira.

O ramo algodoeiro apresentou tendência negativa de crescimento a partir de 1922, em especial entre 1924 e 1926, conforme dados da última coluna da tabela 3.1. Quando se observam os valores referentes ao setor têxtil como um todo (primeira coluna), verifica-se, implicitamente, que o restante das indústrias têxteis teve razoável grau de desenvolvimento no período. Este, entretanto, não suficiente para compensar o declínio acentuado dos tecidos de algodão, o que acarretou certa estagnação do produto industrial do setor em meados dos anos 1920.

Tabela 3.1: PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – 1918/30

(Índices, 1928 = 100)														
Ano	Tecidos	Prod. Alim.	Bebidas	Calçados	Chapéus	Química	Fumo	Gráfica	Móveis	Sider.	Papel	Couro e Pele	Total da Indústria	Tecidos de Algodão
1918	49	62	47	59	45	26	45	-	-	-	-	78	52	85
1919	50	72	55	57	49	30	56	-	-	-	-	83	58	89
1920	56	74	55	65	58	33	57	94	-	27	-	81	62	92
1921	53	74	59	61	44	36	56	62	43	34	-	83	60	88
1922	70	92	68	69	55	42	65	100	49	34	-	89	75	108
1923	70	89	74	68	64	47	63	109	66	49	-	94	75	107
1924	81	88	80	86	74	48	67	111	74	48	-	94	81	100
1925	79	87	83	85	70	50	88	135	89	64	-	108	83	93
1926	80	93	89	80	57	82	70	103	89	130	72	94	84	93
1927	96	95	95	94	81	93	88	86	97	121	64	108	94	102
1928	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1929	80	105	104	116	88	112	104	114	86	120	132	97	98	83
1930	77	113	86	85	47	79	94	106	63	106	96	111	91	82

(Fonte: Versiani, pp. 39, 1987).

A tabela 3.1 acima expõe claramente a dificuldade do ramo têxtil, em especial o algodoeiro, na década de 1920. Contudo o setor apresentou, durante esse período de dificuldade de produção, ao menos três pontos importantes que precisam ser ressaltados.

Em primeiro lugar, os anos de 1924 a 1926, apesar das taxas pífias de crescimento, foram marcados por uma alta considerável nas taxas de investimento no setor têxtil. A tabela 3.2 abaixo ilustra a influência positiva sobre a capacidade de produção que seria utilizada nos anos seguintes, em especial no início da década de 1930.

Tabela 3.2: EXPORTAÇÕES DE MAQUINARIA TÊXTIL PARA O BRASIL 1893-1939 – MÉDIA ANUAIS

Períodos	Preços de 1913	Períodos	Preços de 1913
1893-1895	349.094	1921-1923	469.517
1896-1901	140.880	1924-1926	771.091
1902-1906	186.209	1927-1929	491.029
1907-1910	409.757	1930-1932	223.540
1911-1913	582.847	1933-1934	395.241
1914-1920	126.345	1935-1936	570.997
		1937-1939	676.311

(Fonte: Suzigan, pp. 149, 1986).

Além disso, durante a década de 1920 se desenvolvem, em pequena escala, a produção de artigos de seda e de raio. Os primeiros foram encabeçados pela S.A. Indústrias de Seda Nacional, enquanto o segundo esteve na mão do Grupo Matarazzo até meados dos anos 1930 (SUZIGAN, 1986, pp. 327-330).

O terceiro ponto é que, a partir da segunda metade da década ,ao passo que a produção nos dois principais centros (Rio de Janeiro e São Paulo) diminuía, outras regiões do Brasil se desenvolveram na produção de tecidos, em especial os de algodão. Baseando-se na produção física de cada estado¹⁶, Versiani (1979, pp.51) observa, que no que tange a produção têxtil algodoeira, a parcela de São Paulo e Distrito Federal caiu de 47 para 37% enquanto a de Minas Gerais e Pernambuco aumentaram de 18 para 28%.

Entretanto, apesar das qualificações acima, é inegável a dificuldade pela qual passaram os produtores de tecidos, em especial as indústrias mais antigas que

¹⁶ *Produção Industrial* (1933, p. 172).

precisavam acomodar a entrada de novos concorrentes com custos menores de produção¹⁷.

Com a entrada de novos produtores no mercado, somando-se a competição dos importados, os industriais do ramo de tecidos de algodão viram o preço unitário cair drasticamente (cerca de 25%¹⁸) de 1925 a 1927.

Entretanto, mesmo a queda do preço do produto não foi capaz de estimular o consumo interno aos níveis desejados, o que obrigava os industriais a trabalhar bem abaixo da sua capacidade de produção.

A indústria têxtil se recuperou entre 1927 e 1928 beneficiando-se do surto de desenvolvimento industrial como um todo na economia brasileira nesse período, contudo, essa recuperação foi efêmera e com a crise que eclodiria em 1929 o setor seria outra vez drasticamente afetado.

Assim sendo, pode-se concluir que os anos referentes à década de 1920 marcaram um período de dificuldade para o principal setor industrial brasileiro; contudo como será exposto no próximo item, os problemas encontrados pelo setor têxtil, em especial o algodoeiro, não apresentou paralelo nos demais setores da indústria nacional que se desenvolveram nesses anos.

III.2.2 – A diversificação industrial nos anos 1920

A subseção anterior evidenciou o comportamento da indústria têxtil no Brasil durante a década de 1920. Contudo como se pode observar através da tabela 3.1 apresentada anteriormente, o baixo ritmo da produção industrial esteve diretamente ligado ao resultado do setor de tecidos.

Os outros ramos da indústria nacional apresentaram taxas de crescimento expressivas e sem grandes oscilações. A única exceção parece ter sido a indústria de materiais gráficos que após um pico em 1925 declinou acentuadamente nos dois anos seguintes até se recuperar em 1928.

¹⁷ Segundo Versiani (1979, pp. 53), as máquinas instaladas durante a década de 1920 apresentavam vantagens, quanto ao custo de produção, contra as máquinas mais antigas.

¹⁸ Versiani (1979, pp54).

Nesse tocante, faz-se necessário comparar o comportamento da indústria brasileira considerando a presença e a ausência da indústria têxtil, a fim de que se possa melhor explicitar o crescimento diversificado ocorrido na década.

Através dos dados da tabela 3.3 abaixo pode-se observar que enquanto a indústria têxtil apresentou a tendência negativa supracitada, as demais indústrias tiveram um crescimento contínuo e até certo ponto vigoroso. Mesmo ao considerar que os dados não sejam totalmente acurados, deve-se entendê-los como indicadores de uma tendência do produto industrial brasileiro a partir de 1920.

Tabela 3.3: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (%)

Ano	Total da Indústria	Total da indústria / Exclusive Têxteis
1921	-2,1	-3,9
1922	24,7	23,5
1923	-0,3	2,1
1924	8,3	3,7
1925	2,4	4,6
1926	1,8	3,2
1927	10,9	5,4
1928	6,8	8,0
1929	-2,3	4,7

(Fonte: Elaboração a partir de Versiani, 1987)

Os dados acima, ao mostrarem o desenvolvimento da indústria não-têxtil no período, corroboram a idéia da generalização indevida da crise no setor de tecidos para a indústria como um todo.

Assim sendo, para que se tenha uma visão completa do comportamento da indústria na década de 1920 faz-se necessário apresentar, de forma sucinta, o desenvolvimento dos demais ramos industriais no Brasil¹⁹, elucidando algumas questões pertinentes ao mesmo e que serão objetos de análise na seção 3.3.

Nesse sentido, a exposição rápida do desenvolvimento de indústrias específicas serve para o objetivo de apontar características do processo nesse período, tais como o aumento da capacidade ociosa, a intervenção do Estado como incentivador da indústria e o incremento considerável da participação do capital estrangeiro no país.

¹⁹ Para uma abordagem pormenorizada do desenvolvimento das indústrias específicas após a Primeira Guerra, ver Suzigan (1986, cap. 4).

A partir do final da Primeira Guerra Mundial, os investimentos industriais estiveram direcionados para produção em basicamente três prismas: o desenvolvimento da produção de bens de capital, a massificação de bens intermediários e ainda, é claro, a produção bens de consumo.

Assim, para que se possa ilustrar o processo de diversificação acima mencionado, cabe aqui uma breve exposição das linhas de produção que mais se desenvolveram durante os anos 1920.

No que tange à produção de bens de capital, a década de 1920 apresenta uma mudança importante. Nesse período apesar de ainda existir a produção de máquinas leves para a agricultura, inicia-se a produção de maquinaria pesada e de peças para a utilização nas usinas de açúcar e em outros ramos agrícolas (SUZIGAN, 1986, pp. 279).

Mais importante ainda é o início da produção de teares e equipamentos auxiliares para o setor têxtil, de aparelhos e lâmpadas elétricas, bem como guindastes, além de máquinas a serem utilizadas na siderurgia, nas indústrias de óleo, construção civil etc.

Os bens intermediários produzidos no Brasil durante a década de 1920 eram encabeçados pela indústria siderúrgica e pela de cimento. Em menor escala também se desenvolveu a produção de produtos químicos, de fertilizantes, de processamento de carnes, entre outras.

A indústria siderúrgica nos anos 1920 ainda era pautada basicamente apenas pela fundição do ferro e fabricação do aço, uma vez que a produção dos não-ferrosos não se desenvolveu durante o período (SUZIGAN, 1986, pp.257).

A metalurgia de ferro e aço esteve em expansão do início da década de 1920 até 1925; contudo, a partir desse ano, a produção começou a declinar²⁰ e, ao final da década, as fábricas atuavam com alta capacidade ociosa e possuíam estoques indesejáveis

Entretanto, é importante ressaltar que realmente houve “boom” em seu desenvolvimento nos anos 1930. Apesar disto, ao final desta década, 62% do total de

²⁰ Ver Haddad (1978, p.127)

ferro-gusa, 96% dos lingotes de aço e ainda 80% do total de aço laminado eram produzidos por indústrias²¹ que haviam iniciado seus trabalhos durante a década de 1920, o que deixa clara a importância deste período na siderurgia nacional. (SUZIGAN, 1986).

A indústria de cimento como um todo se desenvolveu tardiamente no Brasil. Apesar de ter iniciado funcionamento ainda no século XIX, apenas na década de 1920, com a descoberta de novas jazidas próximas aos mercados do antigo Distrito Federal e de São Paulo é que a produção se expandiu.

O desenvolvimento do setor recebeu forte influência do capital estrangeiro, padrão esse que seria multiplicado em diversos ramos industriais. Conforme será visto na próxima seção, o capital internacional teve forte influência no processo de diversificação a partir da década de 1920.

A indústria de artefatos de borracha, tais como pneus, solas, saltos e outros artigos de consumo pessoal ou industrial também apresentou algum desenvolvimento durante os anos 1920.

Essa e outras indústrias se apoiaram em incentivos governamentais, entretanto, o mercado para os itens de borracha recebia grande concorrência de produtos estrangeiros de empresas como a Goodyear e Michelin. Nesse sentido, ficava clara a necessidade de proteção para a indústria nacional, a qual era feita diretamente (ou ao menos tentada) através de decretos governamentais de incentivos à indústria e indiretamente através das variações da taxa de câmbio.

A indústria farmacêutica também se desenvolveu durante os anos de 1920. No início da década estes produtos eram fabricados em pequenos laboratórios anexos às farmácias, mas ao final da década já se encontravam instaladas algumas grandes fábricas.

O governo incentivou a implantação de indústrias de soda cáustica no Brasil através da concessão de benefícios mediante o Decreto 12.921, de 16 de março de 1918. Contudo, apesar da intenção do governo, somente uma fábrica de soda cáustica foi

²¹ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (CBUM), Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM).

realmente construída nesses anos, a Companhia Brasileira de Produtos Químicos. (SUZIGAN, 1986, pp. 308-309).

Os incentivos governamentais ocorreram ainda em diversos outros ramos. A indústria de óleo de caroço de algodão presenciou um grande desenvolvimento no imediato pós-guerra. Em 1921, algumas fábricas do ramo já estavam em funcionamento ou concluindo as suas instalações. Estas receberam auxílio do governo federal e de governos estaduais²².

A breve exposição acima se faz necessária, pois ressalta fatos importantes do processo de diversificação industrial ocorrido no Brasil. Diversos ramos industriais, que antes engatinhavam, começaram a caminhar durante a década de 1920.

Assim sendo, a próxima seção buscará apontar indícios dos motivos que possibilitaram tal processo, analisando a participação do capital estrangeiro, os efeitos da política monetária e principalmente o caráter incentivador que o governo passa a assumir com o fim da Primeira Guerra Mundial.

III.3 – Explicações para o desenvolvimento industrial na década de 1920

O processo de diversificação industrial teve início ainda durante os anos da Primeira Guerra Mundial. As dificuldades encontradas no período serviram de alerta para o governo e para os industriais quanto à necessidade da atuação em novos ramos de produção.

O final do conflito, ao mesmo tempo em que possibilitaria novamente a importação de maquinarias para a expansão da linha de produção, permitiria também a volta das importações dos produtos estrangeiros concorrentes. Nesse aspecto, fica claro que a indústria local emergente precisaria de apoio no imediato pós-guerra para se desenvolver.

Os industriais fazendo-se valer do seu crescente poder político, uma vez que o imposto de consumo, incidente sobre a produção nacional²³, ganhava cada vez mais

²² Ajuda federal através de isenção de direitos de importação e ajuda estadual através de isenção de alguns impostos em geral.

²³ Dentre os produtos que recebiam incidência do imposto sobre o consumo destacam-se os setores de tecidos, calçados, fumo, bebidas, química e chapéus. Ver Versiani (1979, pp. 21).

importância relativa na arrecadação da União, recorrem ao governo buscando proteção para as indústrias existentes e para as novas linhas de produção.

Assim, após o conflito e no decorrer dos anos de 1920, o governo federal e em menor escala os governos estaduais passam a incentivar deliberadamente o desenvolvimento da indústria nacional. (VERSIANI, 1979).

As formas de proteção às novas indústrias eram o aumento do imposto de importação, as restrições às importações e principalmente as oscilações na taxa de câmbio no período. (SUZIGAN, 1986).

As mudanças nas tarifas de importação eram feitas, usualmente, através de adendos às Leis Orçamentárias. Após a Primeira Guerra algumas modificações a fim de privilegiar a indústria local foram feitas²⁴. Dentre os ramos incentivados, destacam-se as indústrias de carvão e siderurgia, de soda cáustica, produtos de algodão, borracha, adubos nitrogenados, madeira, farinha de mandioca, seda e cimento. (VERSIANI, 1979, pp. 76-77).

A legislação de incentivos à indústria era pautada também pelas Leis de Despesas, as quais incluíam isenções tarifárias anuais a fim de estimular indústrias específicas num curto espaço de tempo. (VERSIANI, 1979, pp. 77)

O marco inicial do apoio governamental recai sobre a Lei 3.316, de 16 de agosto de 1917. Esta, no que tange ao aparato industrial, autoriza o Presidente da República a tomar as providências necessárias para amparar e fomentar a produção nacional.

A Lei 3.316/1917 serviu como base para diversos decretos e leis que buscavam incentivar o desenvolvimento industrial durante os anos 1920.

O governo beneficiava as indústrias que queriam investir na produção nacional através de diversos estímulos. Estes iam desde linhas de empréstimo até redução de fretes de transporte, isenção de tarifas e impostos específicos, permissão de utilização de quedas d'água, construção de linhas telegráficas, pequenos ramais ferroviários e efetivação de desapropriações. Por último existia ainda a permissão de utilização de terrenos da marinha. (VERSIANI, 1979).

²⁴ Lei 3.446/1917, Lei 3.644/1918, etc. Ver Versiani (1979, pp 62-63). Ver também Suzigan (1986, cap. 4).

A tabela 3.4 abaixo sintetiza alguns dos incentivos à indústria brasileira durante meados da década de 1920.

Tabela 3.4: REGULAMENTAÇÃO DOS INCENTIVOS À INDÚSTRIA 1923/25

Setor	Tipos de Incentivo					
	Empréstimos	Isenções (prazo)		Prêmios e Auxílios	Redução de Fretes	Ramais Sim
		Tarifas	Outros Impostos			
Azoto (adubos)	Sim	30 anos	30 anos	-	Sim (10 anos)	-
Mandioca	Sim	-	-	-	-	-
Seda	-	5 anos	-	Sim	-	-
Algodão	Sim	15 anos	Não especif.	Sim	Sim	Sim
Carvão (subprodutos)	-	20 anos	20 anos	sim	Sim	Sim
Cimento	Sim	20 anos	20 anos	-	Sim	Sim
Borracha	-	25 anos	25 anos	Sim	-	Sim
Siderurgia	Sim	25 anos	25 anos	-	Sim	Sim

Fonte: Versiani, pp. 86, 1987.

As informações acima elucidam que a atitude governamental se tornava cada vez mais favorável à indústria. Isso se refletia também na preocupação que tais incentivos fossem regulamentados. Ao analisar a situação, Versiani (1979) expõe que:

Nos anos de 1923 a 1925, uma série de decretos regulamentou a aplicação dos incentivos à indústria. Esses decretos obedecem a um padrão comum de redação estabelecendo formas e condições de concessão dos benefícios, tendo em conta naturalmente as limitações dadas pelas leis respectivas; de qualquer forma, é clara a intenção de sistematizar e organizar a aplicação das medidas de estímulo à indústria.

Esse esforço de regulamentação mostra bem que a concessão de incentivos deixava de ser vista, em meados da década de 20, como uma medida episódica ou de emergência. Estimular a indústria passava a ser uma função normal do governo, sujeita, portanto às regras e procedimentos burocráticos, e requerendo normas formais e específicas. (VERSIANI, 1979, pp. 86-87).

No entanto, os incentivos e subsídios concedidos muitas vezes se mostravam pouco ou nada eficazes, sendo em alguns casos revogados pouco tempo depois de sancionados e é possível afirmar que não foram tão sistemáticos como pareciam.

Mesmo assim, essas informações mostram que houve uma alteração na posição do governo em relação aos industriais, o que corrobora a tese exposta na seção 1.4 desta monografia. De fato, a partir da Primeira Guerra, o Estado passa a fomentar deliberadamente o processo de diversificação industrial.

Além dos incentivos (por vezes ineficazes) expostos acima, o desenvolvimento da indústria dependeu também em grande parte das oscilações da taxa de câmbio no período. A seguir é traçado um paralelo entre estas oscilações e a resposta na produção e no investimento industrial²⁵.

As mudanças na taxa de câmbio estão presentes no seio do processo de desenvolvimento da indústria desde o início do século XX. De 1902 até 1913, o câmbio esteve valorizado, o que beneficiou a importação de maquinaria e consequentemente elevou o nível do investimento industrial.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o estremecimento do comércio internacional, tem-se um aumento no preço real das importações, o que em conjunto com a desvalorização cambial do período marca-o como um verdadeiro “choque adverso”. Nesses anos, como vimos, o investimento reduziu-se drasticamente, mas o nível de produção nacional continuou crescendo, apesar de a taxas inferiores às daquelas do período anterior ao conflito.

Nos primeiros anos da década de 1920 a taxa de câmbio começa a se desvalorizar. As repercussões desse movimento na produção industrial são de certa forma ambíguas. Em 1921 e em 1923 a produção decresce, em especial pelo baixo crescimento da indústria têxtil conforme a tabela 3.3. Em compensação, em 1922 a taxa de crescimento foi a maior em toda década, um crescimento de 24,2%.

Nesses anos as importações de maquinarias (investimentos) aumentaram mesmo com a desvalorização cambial. Nesse período e por quase toda a década os preços das importações seguiram uma tendência declinante, apesar da perda de valor do mil-réis. A explicação para tal reside nas características pelas quais passavam as economias centrais no pós-guerra.

O triênio de 1924 a 1926 marca os únicos anos de valorização cambial expressiva durante anos 1920. Ao final deste período o câmbio se encontrava em um patamar abaixo do apresentado em 1921.

O elevado nível de produção em 1924 (8,3%) está diretamente relacionado com o bom rendimento da indústria têxtil, a qual se beneficiou dos investimentos feito nos

²⁵ Os índices para as flutuações da taxa de câmbio foram extraídos de Suzigan, 1986, pp. 382.

anos anteriores. Contudo em 1925 e 1926 as taxas de crescimento voltaram a patamares extremamente baixos (2,4% e 1,8% respectivamente).

O principal benefício para a indústria nesses anos foi os altos índices de investimento, que se refletiria mais tarde na geração de capacidade produtiva, em alguns anos ociosa, mas que seria efetivada no início da década de 1930.

Os últimos três anos da década ficaram marcados pela estabilidade cambial decorrente da criação da Caixa de Estabilização e da volta do padrão-ouro; contudo, é necessário ressaltar que a nova taxa de câmbio era desvalorizada em relação àquela apresentada durante os meses anteriores.

A indústria se beneficiou desta atitude em duas frentes. Primeiramente, a desvalorização inicial auxiliou no aumento da proteção à indústria, refletindo-se também em um aumento da taxa de câmbio real; com isso a produção industrial cresceu 10,9% em 1927, a segunda maior taxa da década.

O ano seguinte ainda apresentou um crescimento considerável, de 6,8%, em especial pelo crescimento das indústrias não-têxteis, as quais cresceram 8% neste ano, o que aponta para um ápice na diversificação industrial nesta data.

A manutenção do câmbio neste patamar a partir da criação da Caixa de Estabilização permitiu aos industriais organizar o planejamento de investimento em novas maquinarias, pois com a expectativa da estabilidade do mil-réis, tais ações eram possíveis.

O resultado disso foi que em 1929 foi registrado o maior montante de importações de máquinas e equipamentos em um único ano até então, o que mostra que os industriais brasileiros pretendiam expandir a sua produção.

A crise de 1929 viria prejudicar a indústria brasileira em duas frentes. Primeiro era de se esperar que os níveis de investimento fossem ainda maiores caso não houvesse o incidente. Em segundo lugar, neste ano a produção nacional como um todo apresentou novamente taxa negativa de crescimento, uma queda de 2,3%.

Contudo, mesmo com esse fato, deve ser ressaltado que essa taxa esteve diretamente relacionada ao péssimo resultado da indústria têxtil, pois o processo de

diversificação industrial continuava em curso e, quando se exclui este setor da análise, a taxa de crescimento encontrada é positiva em 4,7%.

A década de 1920 é marcada, pois, por alguns fatos interessantes. Em primeiro lugar, apresentou diversas oscilações na taxa de câmbio o que, conforme visto, foi importante para as alternâncias de período de alto investimento com períodos de alta taxa de crescimento do produto.

Em segundo lugar, marcou a efetivação de um processo de diversificação industrial. A taxa de crescimento do produto quando se excetua a indústria têxtil (principal ramo industrial brasileiro) foi sempre positiva a partir de 1922, mesmo quando o setor industrial como um todo apresentou taxa de crescimento negativa, puxada pela indústria de tecidos.

Ainda, fica claro que, a partir da Primeira Guerra Mundial, a mentalidade do governo em relação às indústrias é alterada. O governo tinha agora a necessidade de acomodá-las e a partir do término do conflito e por toda a década de 1920, passa a estimular deliberadamente a industrialização no Brasil.

Por fim, é importante ressaltar que a capacidade ociosa deixada durante os anos 1920, fruto dos investimentos realizados no período, seriam importantes para o “boom” industrial que ocorreria na década seguinte. Por isto rotular a década de 1920 como uma década desfavorável para a indústria nacional é ignorar mudanças importantes no seio da sociedade, do governo e dos próprios industriais quanto ao processo de industrialização no Brasil.

CONCLUSÃO

Este trabalho analisou a industrialização brasileira no período de 1880 até 1929, em especial na década de 1920, tema principal desta monografia.

Os anos 1920 são usualmente rotulados na historiografia econômica como um período negativo para a indústria nacional; contudo a exposição feita neste trabalho aponta para uma direção diferente.

Neste período a indústria brasileira passou por um expressivo processo de diversificação. A produção industrial na década, quando se excetua a indústria têxtil, apresentou crescimento considerável. Os investimentos industriais também aumentaram nesses anos o que gerou certo grau de capacidade ociosa que seria utilizada no início da década de 1930.

Os anos após a Primeira Guerra Mundial marcam ainda uma mudança na posição do governo quanto à indústria, passando a incentivá-la deliberadamente. O marco inicial desta nova posição recai sobre a Lei 3.316 de 16 de Agosto de 1917, a partir da qual foram baseados decretos em benefício da indústria durante a década de 1920.

As formas de proteção às indústrias eram o aumento do imposto de importação, as restrições às importações e as oscilações na taxa de câmbio no período. As últimas se tornaram a principal forma de defesa e permitiram mesclar períodos de alto investimento com ciclos de expansão na produção.

Assim sendo, conclui-se que apesar de algumas das medidas governamentais terem sido ineficazes; a mudança no âmbito do governo e da sociedade com relação à indústria é importante para se entender o processo de industrialização brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Difel, 1977.
- DEAN, W. A industrialização de São Paulo. 2. ed., São Paulo: Difel, 1976
- FISHLOW, A. *Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil*. Estudos Econômicos, pp. 7-75, 1972.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- HADDAD, C. *Crescimento do produto real brasileiro, 1900-1947*. In: VERSIANI e MENDONÇA DE BARROS, Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977
- LUZ, N. V. A luta pela industrialização no Brasil: 1808-1930. 2ª ed., São Paulo, Alfa - Omega, 1975.
- FRITSCH, W. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, M. de P. *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*, Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- MACHADO, M. C. G. Rui Barbosa: pensamento e ação. Campinas, Autores Associados, 2003.
- MELLO, J. M. Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Tese de Doutorado. Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1975.
- PELÁEZ, C. M. História da industrialização brasileira. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- PRADO Jr., C. História Econômica do Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1974.
- SARETTA, F.. *A política econômica na década de 1920*. IN: LORENZO e COSTA, A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno, São Paulo, Editora UNESP, 1997.
- SILVA, S. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- SIMONSEN, R.C. 1973. A evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Companhia Editora Nacional/EDUSP.
- STEIN, S. J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950. Rio de Janeiro, Biblioteca do Sesquicentenário, 1972.
- SUZIGAN, W. A indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense. 1986.

- SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. Revista de Economia Política, vol.8. nº. 4, outubro-dezembro, pp. 5-16, 1988.
- TAVARES, M. da C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 3. ed., Campinas: Unicamp IE, 1998.
- TAVARES, M. da C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- TOPIK, S. A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- VERSIANI, F. R. A década de 20 na industrialização brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.
- VERSIANI, F. R. e SUZIGAN, W. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. Departamento de Economia, Série Textos Didáticos, 10, 1990. Disponível em: http://vsites.unb.br/face/eco/bmueller/versiani_suzigan.pdf.
- VERSIANI, F. R. e VERSIANI, M. T. R. O. *A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma Contribuição*. In: VERSIANI e MENDONÇA DE BARROS, Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977.
- VILLELA, A. Surto Industrial Durante a Guerra de 1914-1918 In: Ensaio Econômico: Homenagens a Octávio Gouveia de Bulhões, Rio de Janeiro, APEC, 1972.